

# **OS MILITARES E AS RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA**

## **ENTRE OS ANOS DE 1824 A 1831**

José Kleyton Lino Vieira dos Santos<sup>1</sup>

As relações políticas e familiares fizeram parte de uma estruturação da base social da Paraíba, no que diz respeito aos mecanismos em que a sociedade estava inserida dentro do contexto político vigente na década de 1820. Dentre dos vários setores sociais atuantes no contexto da Paraíba se destaca o setor militar, o qual analisaremos, tomando como base um corpo documental e uma bibliografia básica que trata sobre o assunto e que fazem parte de um acervo de leituras que constituem as atividades do projeto do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista” (CNPq/UFPB).

O projeto sobre “Família, Política e Relações de Poder no Nordeste Oitocentista”, tem por objetivo analisar o cenário da política e da administração na província da Paraíba no século XIX, de 1824 a 1840, discutindo a dinâmica dos diferentes grupos e as relações de poder e de interesses ali existentes. Dentro deste projeto mais amplo está inserido o plano de trabalho que desenvolvemos, intitulado “Família, política e relações de poder na província da Paraíba” com recorte temporal entre os anos de 1824 a 1830.

Portanto foi a partir de diversas discussões realizadas no grupo de pesquisa, tendo como base uma bibliografia que trata sobre o contexto histórico do Brasil, em um momento em que se inicia a formação do estado nacional e o período regencial, assim como também analisando um manancial de documentos pesquisados e transcritos no Arquivo Histórico da Paraíba, que percebemos um extenso acervo sobre a atuação dos militares na província da Paraíba. O que justifica uma pesquisa mais centrada nessa categoria social. A ausência na historiografia sobre a questão militar na Paraíba também nos incentivou a trabalhar com a temática.

Para iniciarmos a discussão sobre a questão militar na Paraíba, dentro de uma ótica voltada para as relações de poder, é de extrema importância analisar o contexto histórico e a situação do Brasil e da Paraíba dentro do cenário em que se caracterizou o processo de Independência. Em 1815 o Brasil foi elevado do status de colônia para reino unido de Portugal, o que fez com que, nesse momento, o sistema militar brasileiro se organizasse em virtude de uma maior autonomia em relação à antiga colônia

---

<sup>1</sup> Graduando em História e pesquisador PIVIC/UFPB.

portuguesa. Tais situações resultaram na criação do ministério da guerra e na centralização das forças militares de terra. Mercenários foram contratados para lutar contra a revolução de 1817 e acabaram se tornando oficiais nas forças armadas brasileira.

A década de 1820, no Brasil, foi marcada pelo processo de independência que caminhava lado a lado com diversos conflitos: de um lado às províncias que almejavam uma maior autonomia em relação ao poder do império centralizado no Rio de Janeiro, e de outro um grupo político que buscava concentrar cada vez mais os poderes nas mãos do imperador. Em meio a esses conflitos e embates entre poder local e poder central, estava a Província da Paraíba, que também se destacou pela sua atuação nos embates com o poder central, em busca de maior autonomia política.

Em um artigo intitulado: “Nacionais X Europeus: as luzes contra as trevas na Província da Paraíba (1823-1824)”, no XXIV Simpósio Nacional de História em 2007 (ANPUH), de Serioja R. C. Mariano, é discutida a questão do chamado antilusitanismo na década de 1820 na Paraíba, marcada por uma total apreensão, não só da província paraibana, como das demais províncias que queriam evitar que os antigos laços com Portugal fossem reatados no período da independência. Neste artigo a autora fala sobre a postura dos militares na Paraíba nesse momento:

Na manutenção do *status quo* os militares são um exemplo: um grupo que lutou para não perder o prestígio e durante toda década de 1820 brigou para manter-se nos cargos de oficialato e retirar os portugueses que assumiam postos nos altos escalões. Vale ressaltar que, para alguns membros do corpo militar, só havia um culpado por tudo que estava acontecendo, como os motins nos quartéis: o gabinete do Rio de Janeiro ocupado após a expulsão dos Andradas do poder em 1823 (MARIANO, 2007, p 4.)

A partir desta citação podemos entender que o que caracterizou a década de 1820, na Paraíba, fora de fato um anseio dos diversos setores, principalmente políticos e militares, em se manter num status hegemônico na província, pois quem ameaçava a elite política naquele momento eram os portugueses, pois o receio que existia nesse momento era que houvesse uma tentativa de recolonização, dessa vez partindo da capital. É bom lembrar que nesse momento, e até mesmo em quase todo o século XIX, ainda não se tinha um chamado espírito nacionalista, pertencimento a um estado nacional, as elites lutavam nesse momento para manter sua hegemonia nas suas pátrias locais.

Em outro artigo de Serioja Mariano intitulado “Na teia das relações de poder: As Juntas Governativas e os Militares na Paraíba (1821-1823)”, publicada na revista SAECULUM (2006), observamos como a autora identifica os cargos militares mais importantes, os quais demonstravam nesse período uma verdadeira noção de prestígio e influência na sociedade paraibana:

Uma estrutura que estava organizada a partir de três segmentos: a Tropa de Linha, Milícias e Ordenanças. A Tropa de Linha, inicialmente, estava estruturada de forma regular, permanente e burocrática, constituída por membros do exército português, remunerados. A partir da necessidade de mais gente nas tropas, tendo em vista a insuficiência do efetivo luso, esse exército passou a incorporar soldados e oficiais brasileiros; as Milícias<sup>25</sup>, formadas por tropas auxiliares territoriais - comarcas, freguesias - com critérios de hierarquias sociais e raciais, com divisões entre brancos ricos, pretos, pardos, índios, que custeavam seus próprios fardamentos e armamentos, não sendo pagas regularmente, só quando estavam na ativa; e por último, os Corpos de Ordenanças, que não podiam ser afastados dos locais de residência, diferiam do corpo de milícias, eram comandados por um capitão-mor que podia recrutar a população masculina livre, mas que não pertencia nem à tropa de linha, nem à de milícias, em caso de necessidade militar. Com a escassez de agentes administrativos, as Ordenanças auxiliavam na manutenção da ordem pública, na realização de obras públicas e na coleta de alguns tributos”. (MARIANO, 2006, p.144).

Diante de tais constatações iniciamos e percebemos o grande número de documentos que mostram as relações dos militares, na província da Paraíba, em meio às relações de poder empreendidas tanto dentro da Província, como também entre as províncias vizinhas e do Rio de Janeiro, então capital do império brasileiro. As análises dos documentos possibilitam a construção de um banco de dados para a produção de publicações ao longo da pesquisa, bem como entender também como se caracterizava a estrutura militar nesse período e como as relações militares eram importantes dentro da estrutura de poder para entendermos a relevância dos sobrenomes das famílias da elite e como se articulavam no jogo político nesse período de formação do estado nacional e os diversos conflitos entre os poderes locais e o poder central no Rio de Janeiro.

Quem eram esses militares? Quais as relações destes membros, na implementação de um império que almejava a constituição de uma unidade e que, como sabemos se caracterizou por uma gama de conflitos em toda a extensão da unidade nacional, não só na década de 1820 como também no período regencial e ainda no segundo reinado?

É a partir desses questionamentos que iremos discorrer sobre a influência militar, de acordo com a documentação até agora estudada, frente às relações de poder na Paraíba que envolvia o poder central e o poder local.

Pretendemos entender, no ano de 1824, marcado pela outorga da Carta Constitucional, o contexto do processo eleitoral na província paraibana, a partir de suas reformulações como, por exemplo, a composição dos eleitores de província e dos cargos eletivos na nova monarquia constitucional brasileira, uma situação que vai permanecer ao longo do período imperial, apenas com algumas alterações no que diz respeito à mudança nos Conselhos Gerais de Província para as Assembléias Legislativas Provinciais. De acordo com tais fatores tivemos a oportunidade de analisar a organização da administração, com uma parcela da elite ocupando os diversos cargos públicos existentes no período e como os militares estavam inseridos nesse emaranhado de relações políticas.

As atividades contribuíam para a realização de diversos resultados, assim como para um melhor entendimento da formação da estrutura política paraibana entre os anos de 1824 e 1831, marcados pelos governos de Felipe Néri, nomeado como presidente da província da Paraíba em 9 de abril de 1824 e que teve seu mandato marcado pela Confederação do Equador, de Alexandre de Seixas Machado, que tomou posse em 26 de outubro do mesmo ano, tendo falecido no ano de 1827; de Francisco Assis Pereira da Rocha, vice de Alexandre Francisco de Seixas, e finalmente Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça que fecha a lista de presidentes de província paraibanos no período do primeiro reinado.

A partir da análise dos documentos, abrangendo concepções que enveredam para as discussões sobre a visão da *micro história*, teoria bem analisada principalmente por autores como Carlos Ginzburg e Giovanni Levi, foi de fato o que despertou o interesse em saber quem eram esses grupos militares que estavam inseridos na Paraíba e relatados nos documentos pesquisados, pois como afirma Ginzburg “ninguém aprende o ofício de conhecedor ou diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes” (1989, p.179). De acordo com essa idéia de *micro história*, iremos ao longo das pesquisas, que ainda faz parte de uma fase de iniciação, entender como em uma delimitação do espaço geográfico brasileiro, no caso a província paraibana no século XIX, abrangendo seus agentes, os chamados *grandes homens*, dos grupos políticos e familiares, analisando principalmente como estas figuras se inserem em uma delimitação mais global do

espaço geográfico brasileiro nesse período, além de entender como se processaram as relações de poder dentro das experiências vividas pelas parentelas na Paraíba, o que de fato é de extrema importância para se estabelecer as ligações entre setor político, familiar e militar nesta província.

Mirian Dolhnikoff, em “Elites Regionais e a Construção do estado Nacional” (2003), discute a importância das elites regionais no processo de construção do Estado nacional na complexidade entre o “centro” e “regiões”, a partir de um pacto federalista construído na década de 1820 que perdurou mesmo após a Regência.

São as elites regionais que, dentro de um contexto menos centralizado e articulado à Corte do Rio de Janeiro, vão ajudar a construir o Estado Nacional pós-1822, mantendo a unidade, uma vez que essas unidades regionais de poder possuem a autonomia necessária nos seus muros provinciais. Assim, para Dolhnikoff, são essas mesmas elites regionais que dominarão o quadro político local durante parte considerável do Primeiro Reinado (1822-1831).

A chamada história tradicional mostra os grupos militares inseridos dentro de um discurso que enaltece as elites tradicionais, tanto ao espaço da província quanto a um espaço mais abrangente, ou seja, o território nacional. Nosso objetivo é entender como eram as articulações dos setores militares e identificar os principais nomes expostos nos documentos estudados, ou seja, quem eram os militares envolvidos em tantos embates no decorrer da década de 20 do século XIX, numa época em que se buscava um enaltecimento das chamadas pátrias locais.

Questionar quem eram de fato esses grandes homens que fizeram (como de certa forma ainda fazem) da chamada história tradicional paraibana. É a partir das pesquisas frente aos militares n Paraíba dentro recorte temporal que abrange a década de 1820, que iremos entrar na discussão que envolve a formação da política, das relações de poder e do contexto parental das grandes famílias paraibanas. Tomando como ponto de partida os interesses dentro do setor militar iremos também entender esses outros setores que a todo instante entram em pauta nos discursos da produção historiográfica na Paraíba, principalmente a essa historiografia tradicional.

Entre vários documentos analisados e transcritos ao longo das visitas realizadas nos arquivos, tivemos oportunidade de entrar em contato com diversas correspondências e

ofícios entre as diversas patentes militares paraibanos nesse período. O levantamento efetivado nos acervos documentais no arquivo histórico da Paraíba resultou numa percepção sobre como estava a situação dos militares em algumas cidades da Paraíba, e como esse setor mantinha comunicação com outros setores e outros órgãos do estado dentro do recorte temporal trabalhado.

A documentação trabalhada estava voltada para diversos assuntos, desde mais simples como pagamento de soldos, até documentos de caráter mais expressivo em relação aos diálogos mantidos entre a província da Paraíba e as províncias vizinhas, a exemplo do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Dentre as correspondências analisadas e transcritas tivemos oportunidade de encontrar, entre várias destas uma que tratava especificamente de como se mantinha as relações entre a província paraibana e a província cearense. Como por exemplo, uma correspondência entre o governador das armas do Ceará, Feliciano José da Silva, ao Secretario da província da Paraíba Felipe Néri no mês de junho de 1824. Esta correspondência trata do pedido de união entre as províncias paraibanas e cearenses feita pelo governador de armas do Ceará, a qual, a o que indica que essa união fosse almejada em virtude das diversas crises de relações entre as províncias do norte e o poder central, por conta do intenso autoritarismo do imperador Pedro I e também em decorrência do intenso conflito na confederação do equador que ocorria nesse momento.

A partir dessa documentação percebemos as relações entre a província paraibana e a do Ceará, ao que tudo indica se manteve bastante harmoniosa, pois em outra documentação trabalhada, datada de 30 de junho de 1824, o mesmo governador das armas do Ceará, o qual se coloca a disposição de Felipe Néri em favor da província da Paraíba. (Cx. 007/Arquivo Histórico/FUNESC).

Em outros documentos foram encontrados, na grande maioria nas caixas do Arquivo Histórico da Paraíba, informações mais especificamente sobre o ano de 1824. Em uma delas encontramos uma correspondência datada de 7 de dezembro de 1824, remetida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra ao Comandante das Armas da província da Paraíba, contendo algumas determinações do imperador Pedro I, o qual dizia que:

Podendo acontecer que os governadores, ou comandantes das armas das províncias deste império julguem útil e conveniente ao serviço empregarem em alguma comissão oficial de ordenanças ou por distinto de merecimento pessoal, ou por circunstância de localidades. (Cx. 007/Arquivo Histórico/ FUNESC PB)

Analisando o discurso do documento, podemos perceber como se caracterizavam as relações de poder entre as elites locais e o império, quando vemos nesses observamos termos como “merecimento pessoal” e “circunstâncias de localidades” para promover o exercício de algumas funções militares dentro da província da Paraíba. Mais adiante o documento analisado continua:

Resolveu por sua majestade o imperador visto pertencer à governança exclusiva daqueles oficiais de ordenanças, a jurisdição dos presidentes para conciliar a utilidade pública com a estabelecida divisão de poderes, que ocorrendo uma semelhança urgência, os governadores, ou comandantes das armas hajam de requisitar aos presidentes os oficiais de ordenanças que necessitarem. (Cx. 007/Arquivo Histórico/ FUNESC PB)

Tendo percebido tais questões, acima abordadas, fica claro a importância em estabelecer a crítica ao documento, pois dentro de vários deste, transcritos e avaliados, percebeu-se de fato o sentido de se fazer a reprodução, a todo o instante, dos grandes personagens que constituíam as altas patentes paraibanas no período estudado.

Também tivemos acesso a documentos referentes aos pagamentos dados aos militares da província, o que de fato diz muito sobre as relações entre o imperador e as altas patentes paraibanas. Em um deles, datado de 17 de dezembro de 1825 afirma:

cumpre participar a V. Excelência em resposta ao seu ofício nº6 relativamente à gratificação de 30\$000 que pede o tenente da artilharia Joaquim José Luis de Souza. Por comandar a companhia da mesma arma, a qual pelo decreto de 1 de dezembro do ano passado, teve a dominação de 5º corpo de artilharia, que achando-se a dita companhia ainda por completar, e não dando a tabela que acompanhou o decreto de 28 de março outra gratificação sendo de 10 mil réis aos tenentes(...) Fica claro que só, a esta tem direito, e que portanto vossa excelência a deve mandar continuar(...).(Cx. 007/Arquivo Histórico/ FUNESC PB).

Este documento refere-se a uma correspondência do Barão de Lajes ao então presidente de província Francisco de Seixas Machado, afirmando que a gratificação do

Tenente da Artilharia, Joaquim José Luis de Souza, não seria mais de 30 mil réis e que um novo decreto, de 28 de março de 1825, diminuiu a gratificação do Tenente para 10 mil réis. Fazendo uma leitura mais minuciosa, podemos perceber um pouco sobre o contexto paraibano nesse momento. É bom lembrar que o ano de 1824, mais especificamente no mês de julho, o Brasil foi marcado pelos conflitos da Confederação do Equador, e um documento como esse mostra de fato os interesses do poder central em estabelecer algumas restrições aos poderes locais, em virtude do receio de novos conflitos armados contra ordem imperial.

Após a repressão realizada pelo Império contra o movimento de contestação política de 1824, a Confederação do Equador, começava a surgir no cenário político um momento de redefinição que estava na ordem do dia no cenário político do Brasil. A partir de então foi sendo organizada a máquina administrativa e política com a implantação das Presidências de Província, que representava o poder central, instalado na Corte, em todo o território do Brasil, tendo em vista que o cargo de Presidente era uma atribuição do imperador. Os Conselhos Provinciais que são criados com a Carta de 1824, mas sem função legislativa. Vale ressaltar que esses Conselhos, mais a frente, com a abdicação do imperador em 1831 e com o Ato Adicional de 1834, vão se transformar nas Assembleias Legislativas Provinciais.

É a partir da documentação trabalhada, ao longo do projeto de pesquisa, como também as que ainda serão analisadas para a continuação de nossas atividades como pesquisador, que iremos estabelecer e dar vida aos personagens que fizeram parte da história militar na Paraíba, os quais durante muitos anos foram silenciados dentro dos discursos, principalmente na historiografia dita tradicional.

A pesquisa, como já foi dito, ainda está em seus primeiros passos, mas é com base na construção do conhecimento acerca da documentação e das outras fontes trabalhadas, dentro do processo de levantamento de dados e de informações, que iremos formar uma base para uma argumentação satisfatória para o desenvolvimento de publicações futuras sobre história militar na Paraíba.

Nosso trabalho é pertinente, pois as fontes existem e devem ser lidas com mais atenção na busca da construção do conhecimento. O amadurecimento no sentido de questionamento das fontes pesquisadas é o que de fato vai estruturar um verdadeiro alicerce para o fundamento teórico sobre a construção da história militar na Paraíba. O



primeiro passo foi dado, a partir do momento em que a documentação é lida, transcrita e entendida dentro de uma idéia de contexto em que ela foi escrita, para quem ela foi escrita, além de, o mais importante, que sentido ela carrega no que diz respeito às relações políticas e parentescos que marcaram a Paraíba ao longo da história do século XIX.

### **Bibliografia:**

DOLHNIKOFF, Mirian. “Elites Regionais e a Construção do estado Nacional” In, JANCSÓ, István (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: FAPESP, 2003, p.431-468.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIANO, Serioja Rodriguez Cordeiro. “Nacionais X Europeus: as luzes contra as trevas na Província da Paraíba (1823-1824)”. **XXIV Simpósio Nacional de História – 2007**

\_\_\_\_\_: “Na teia das Relações de Poder: as Juntas Governativas e os Militares na Paraíba (1821-1823)”. SAECULUM, Revista de História UFPB: João Pessoa, jul./dez. 2006.

Documentos do Arquivo Histórico da Paraíba (FUNESC PB)